



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EMP 171

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI nº 7.735, DE 2014
(DO PODER EXECUTIVO)

Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1, 8, "j", 10, "c", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação do *caput* e §9º do artigo 17 do Substitutivo do Projeto de Lei nº 7.735, de 2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17 Os benefícios resultantes da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético de espécies encontradas em condições **in situ** ou ao conhecimento tradicional associado, ainda que produzido fora do País, serão repartidos, de forma justa e equitativa, sendo que no caso do produto acabado o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado deve ser um dos elementos de agregação de valor, em conformidade ao que estabelece esta Lei.

.....
§ 9º A repartição de benefícios referente ao produto acabado ou material reprodutivo não ocorrerá sobre os produtos previstos na Lista de Exclusão de Repartição de Benefícios, definida e atualizada em ato conjunto pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação,
Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento,
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da
Justiça com base na Nomenclatura Comum do
Mercosul - NCM, conforme regulamento.

....." (NR)

JUSTIFICATIVA

A repartição de benefícios, nos termos do substitutivo em análise, se dará apenas sobre os produtos que integrarem uma "Lista de classificação de repartição de benefícios", a ser definida em ato conjunto pelos Ministérios do Meio Ambiente; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário e da Justiça. Deste modo, ainda que tenha havido acesso a conhecimento tradicional associado e posterior exploração econômica, o produto que não constar da referida lista não será passível de gerar repartição de benefícios.

Assim, a repartição de benefícios será exceção, e não regra, como prevê a Convenção da Diversidade Biológica, principalmente considerando as fortes pressões econômicas sobre todos os agentes públicos mencionados.

Pretendendo salvaguardar a repartição de benefícios de modo equânime, sugere-se a criação não de uma lista positiva de produtos sobre os quais deverá incidir a repartição de benefícios, mas de produtos sobre os quais está não incidirá.

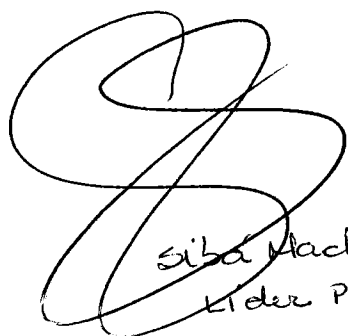
Além disso, retira-se a qualificação, no *caput*, de o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado ser um dos elementos **principais** da agregação de valor do produto acabado, tendo em vista a extrema dificuldade de sua prova e subjetividade de sua atribuição, o




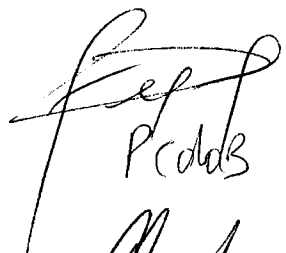
CÂMARA DOS DEPUTADOS

que contribuiria para impedir a repartição de benefícios resultantes da exploração econômica.

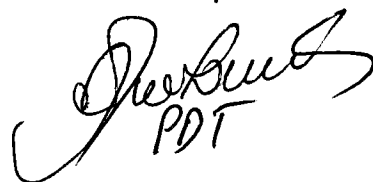
Sala das Sessões, de de 2015.


Siba Machado
Líder PT


CHICO ALENCAR
LÍDER PT


Fep
Pcdob


PV


PDT